

AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano XXXIX nº 341 - Novembro / 2007

IMPRESSO ESPECIAL
CONT. Nº 9912179595
ECT/DR/RJ
AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

PERDA DE SOBERANIA

A história da carochinha é apenas exportação de petróleo, mas quem será o lobo mau?

Roberto Coelho
Conselheiro da AEPET

Conforme a AEPET vem anunciando desde o primeiro Forum Social Mundial, onde ocorreu uma oficina sobre petróleo, e com base em informações de analistas sérios, o petróleo está se aproximando dos US\$ 100 por barril. A razão fundamental é que o pico de produção mundial, previsto para ocorrer em 2010, já está acontecendo.

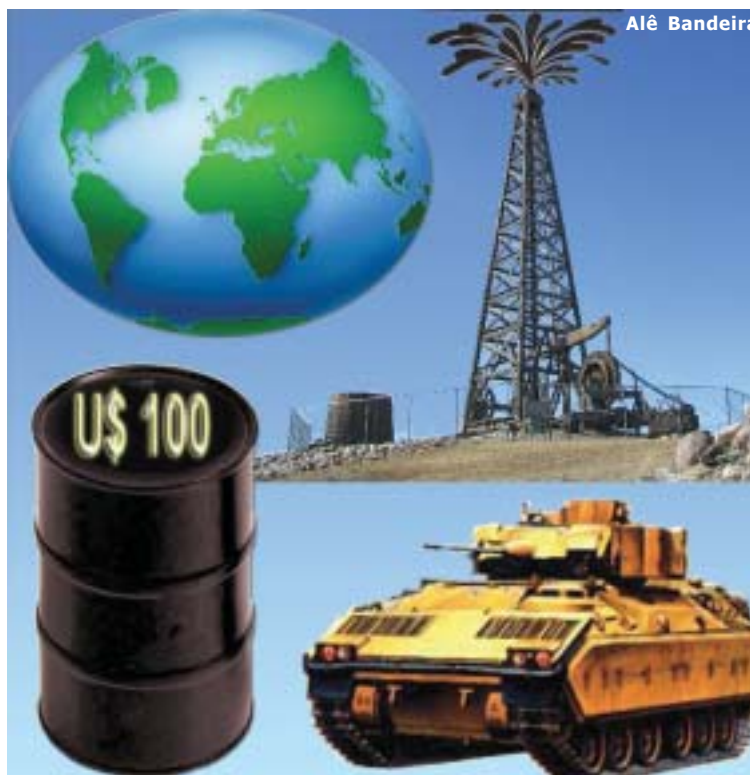
Os grandes consumidores, com mais força econômica e militar que a maioria dos produtores, há muito perceberam o problema, e já começaram a tomar providências para garantir a posse das jazidas existentes nestes países: daí a guerra no Iraque, cujo objetivo foi controlar as suas grandes reservas, e a ameaça ao Irã, com o duplo objetivo de se apossar de suas enormes jazidas e eliminar sua incipiente capacitação nuclear.

Essas movimentações bélicas assustaram o mundo e provocaram reações em países, também poderosos, que não se sentiram felizes vendo outros se apossarem dessas jazidas (prefeririam que fossem eles mesmos).

E onde é que entra o Brasil nessa história? Para quem não se lembra, em 1953, um presidente, com mais visão

que os de hoje, percebeu que o petróleo é um produto não renovável. Assim, os países que o possuísem poderiam dele fazer bom uso, enquanto durasse, inclusive vendendo-o para o exterior em quantidades suficientes para conseguir recursos a serem aplicados no seu desenvolvimento sustentável.

Infelizmente a grande maioria deles limitou-se a vender o petróleo aos países desenvolvidos a preços de "banana", seus presidentes apenas almejando serem recebidos na Casa Branca para bajular o presidente de lá. No Brasil, felizmente, manteve-se a meta de explorarmos, nós mesmos, o nosso petróleo. Houve muitas dificuldades, não vamos detalhá-las, mas, após a descoberta da Bacia de Campos, a produção nacional começou a crescer. Lá pelo ano de 1997, o presidente brasileiro de então, cheio de diplomas, particularmente do Consenso de Washington, achou que o Brasil, além de dever dinheiro ao FMI (Fundo Monetário Internacional), deveria ceder suas jazidas petrolíferas para serem exploradas por particulares, especialmente estrangeiros. Foi, então, promulgada uma lei que estabelecia que empresas, devidamente qualificadas, poderiam procurar petróleo



no País e deter a sua propriedade. E a PETROBRÁS, como ficaria? A intenção era dividi-la em pedacinhos a serem adquiridos por empresas particulares, visto que, ela inteira, era difícil de ser adquirida devido ao seu alto valor. Isso foi feito e até o nome da empresa quiseram mudar, mas não colou. Houve, porém, um benefício: a PETROBRÁS passou a vender o petróleo a preços internacionais, aumentando o faturamento e sua capacidade de investimento, para gáudio dos seus acionistas estrangeiros.

A situação estava neste pé quando mudou o presi-

dente da República. O novo dirigente, também um emergente do Consenso de Washington, se dizia um coitadinho que adorava viajar de avião. Tinha um problema: seu grande coração. Tentou e ainda tenta empregar todos os companheiros de luta que constituíam um partido ético, sem se importar com a capacitação deles. O presidente anterior colocara na presidência da PETROBRÁS pessoas competentes para sua destruição. O atual procura alcançar este objetivo colocando pessoas incompetentes, com algumas exceções.

Continua na pág. 02



Conselho Deliberativo da AEPET discute propostas de luta

Pág.03

Lei do Gás e Leilões são prejudiciais ao país

Pág.04

TERCEIRIZAÇÃO Ministério Público aciona a Petrobrás

Pág.02



No fim deste mês a Agência Nacional do Petróleo (ANP), por determinação do Governo Federal, promoverá o 9º leilão das bacias sedimentares brasileiras, mais um crime de lesa-pátria contra o Brasil. Mesmo com o preço do barril do petróleo na casa dos US\$ 90 e com ameaça de chegar a US\$ 100 no próximo ano, o governo Lula continua a política de licitações sem o menor compromisso com o futuro do País. Serão ofertados blocos em 20 setores, totalizando 97.074,48 km quadrado em áreas de elevado potencial, novas fronteiras e bacias maduras. O governo vem comemorando os resultados dos leilões e não vê problemas em exportar petróleo, alegando ser "lucro" para o Brasil. Uma visão totalmente imediatista. Além de comprometer a sua sobrevivência energética, o País taxa pouquíssimo em relação a outros países, como Noruega, Venezuela, Bolívia, Equador. O petróleo deve ser examinado, também, pela sua importância estratégica para o desenvolvimento brasileiro. As reservas nacionais não ultrapassam 25 bilhões de barris, incluindo as já descobertas e as a descobrir. Assim, a nona rodada de licitações para concessão de novas áreas a serem exploradas, já em andamento, deveria ser suspensa, pois as correspondentes descobertas serão todas exportadas, e o modelo do setor, implantado há dez anos, terá que ser inevitavelmente reformulado, pois nas sete rodadas já realizadas, já entregou área de dois bilhões de barris a empresas estrangeiras, obrigadas a exportá-las, à medida que forem produzidos. Por estas razões, o povo brasileiro tem que dar um basta à política de entrega de nossas bacias sedimentares, uma vez que petróleo se confunde com a própria soberania do País.

Basta!

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: Heitor Manoel Pereira

Vice: Diomedes Cesário da Silva

Diretoria

Comunicações: Fernando L. Siqueira / **Vice:** Felipe C.C.Coutinho

Administrativo: Ruy da S. Gesteira / **Vice:** Roldão M. Fernandes

Pessoal: Pedro da Cunha Carvalho / **Vice:** Henrique Sotoma

Cultural: Sílvio Sinedino / **Vice:** Ricardo Latgé M de Azevedo

Jurídico: Sydney Reis Santos / **Vice:** Roberto Cartaxo M. Rios

Conselho Fiscal

Efetivos: Hamílcar Beviláqua Neto, Rubin Diehl Filho, Gilbert Prates

Suplentes: Clemente F. da Cruz, Roberto P. Coelho, Clovis C.Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P.

Costa / **Aepet-Macaé:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon

Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Rosivaldo R. Santos

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / **Espirito Santo:** Paulo W. Magalhães

- **S.José dos Campos:** Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G.

R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelman José Leão Brasil / **Brasília:**

Velocino Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: José Vilhena (MTb nº 15.562)

Reportagem: José C. Moutinho

Fotografia: Alessandra Bandeira

Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com

Arte: Alessandra Bandeira

Diagramação: Alessandra Bandeira

Impressão: Jornal do Commercio

Tiragem: 22 mil exemplares

Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br

Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte



TERCEIRIZAÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO ACIONA PETROBRÁS

No dia 10 de outubro último "O Globo" noticiou que o procurador Rodrigo Carelli, coordenador nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho, encerrou as negociações com a Petrobrás para pôr fim à prática generalizada de terceirização dos serviços da empresa.

Essas negociações visavam substituir a maioria dos empregados terceirizados, por empregados concursados.

Já há algum tempo que a AEPET, as associações e os sindicatos vêm denunciando a prática desenfreada da terceirização em todas as atividades da Empresa. Tal prática, dizíamos, impedia a formação de pessoal especializado e treinado nas diversas atividades da Petrobrás e também a formação de um cabedal de conhecimentos técnicos e de experiência na empresa. Há hoje na empresa 176.810 terceirizados contra cerca de 62.166 concursados.

A terceirização traz ainda muitos outros inconvenientes, apontados pelo procurador Rodrigo Carelli, como o uso de contratados em atividades-fim, a subordinação direta e a disparidade de salários que faz com que contratados ganhem muitas vezes mais dos que os técnicos concursados.

Além disso a terceirização tem proporcionado facilidades para o nepotismo e apadrinhamento, em grande prejuízo para o pessoal de

carreira da empresa

Outro fato a considerar é que, como os terceirizados não recebem um treinamento adequado, o número de acidentes de trabalho é muito maior entre estes do que entre os admitidos por concurso. Tal fato levou as gerências da empresa a omitirem as comunicações de acidentes de trabalho (CAT), para que não fossem penalizadas e perdessem pontos em sua avaliação de resultados. Tal atitude já gerou diversas ações trabalhistas em que a Petrobrás está sendo acionada.

Conforme foi informado, desde 2002, já houve 72 mortes de terceirizados contra 8 de pessoal concursado da companhia.

O TST em sua súmula 331 estabelece: " **Contrato de Prestação de Serviços - Legalidade - I** - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974)."

Assim, somente pode haver serviço terceirizado quando este for temporário e não se referir às atividades-fim da empresa.

A Lei 6019 de 03/01/1974 estabelece: "Art. 9º O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviço ou clien-

te deverá ser obrigatoriamente escrito e dele deverá constar expressamente o motivo justificador da demanda de trabalho temporário, assim como as modalidades de remuneração da prestação de serviço."

Estabelece ainda que: "Art. 10. O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de três meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, segundo instruções a serem baixadas pelo Departamento Nacional de Mão-de-obra."

(grifos nosso)

Por todas estas razões, o procurador Rodrigo Carelli resolveu dar prosseguimento à ação civil pública na 69ª Vara do Trabalho com a finalidade de obrigar a Empresa a fazer a substituição dos empregados terceirizados por concursados.

Segundo eles "Há uma completa falta de transparência da companhia. Prometeram apresentar os contratos dos terceirizados e nada foi mostrado. Adiaram reuniões, desmarcaram outras e não estavam dispostos a mudar a situação"

Tal atitude pode estar escondendo o eventual desvio de recursos para outros fins sob o manto da terceirização.

PERDA DE SOBERANIA

Continuação da pág. 01

O objetivo do seu governo é produzir a maior quantidade de petróleo possível e vendê-lo no mercado internacional, aproveitando seu alto preço. Dessa forma, conseguirá bastantes dólares, aliviando a balança de pagamentos. O problema que vier a ocorrer em futuro próximo, quando o preço do petróleo estiver a U\$150 ou U\$200/bb e nossa auto-suficiência não mais existir, será do futuro presidente, e não mais do atual, que poderá alegar ter deixado o País com muitos dólares de reserva e fortalecido uma tal de ANP (conhecida no passado como CNP depois DNC), agência que serve para controlar todo esse sistema e satisfazer os desejos dos empresários. Só temos que nos lembrar de uma coisa: se o governo não cuidar de proibir o avanço das plantações de cana sobre as culturas de subsistência ou sobre as matas virgens (existem?), teremos surpresas desagradáveis – muito álcool e pouca comida.

Finalmente, é preciso nunca esquecer que o álcool não substitui o petróleo na petroquímica. São milhares os produtos petroquímicos dele obtidos, praticamente abrangendo todas as atividades humanas. Da cana só é extraído o açúcar e o álcool, embora este satisfaça não só aos veículos como também ao latifúndio, cada vez mais integrado por multinacionais que estão adquirindo nossas terras.

Fim da história.



CONSELHO DELIBERATIVO DA AEPET DISCUTE PROPOSTAS DE LUTA PARA OS PRÓXIMOS ANOS

José Carlos Moutinho

Preocupado com o destino do Brasil, cada vez mais sem rumo, o Conselho Deliberativo da AEPET se reuniu no último dia 06 de outubro de 2007, na sede nacional, no Rio de Janeiro, para debater e planejar ações em relação aos seguintes assuntos: (1) **"Previdência Social – uma solução pública ou privada?"**, tendo como palestrante o vice-diretor de Comunicações, Felipe Coutinho; (2) **"Eleições na Petros e Sindipetros"** (Fernando Siqueira e Clarckson Nascimento); (3) **"Política de Recursos Humanos"**, que foi subdividido em "reapctuação, PCAC e Petros (Pedro Carvalho); "ações administrativas e judiciais" (Sydney Reis) e "punições e assédio moral" (José Netto); (4) **"Política Energética Brasileira"**, subdividida em "Lei 9478/97" (Roberto Coelho), "8ª e 9ª Rodadas de Licitações" e "Agências Reguladoras" (Ricardo Maranhão e Paulo Metri).

O Conselho Deliberativo analisou detalhadamente as recentes punições feitas pela Petrobrás às lideranças de petroleiros, inclusive pertencentes à diretoria da AEPET. O debate sobre a política de Recursos Humanos da Petrobrás e do relacionamento da direção da companhia com seus empregados também mereceu destaque. O Conselho Deliberativo iniciou um trabalho de análise e propostas de alteração da Lei 9478/97, que rege os leilões realizados pela ANP.

Previdência: a solução é pública ou privada?

O vice-diretor de Comunicações, Felipe Coutinho, na palestra "Previdência: a solução é pública ou privada?", discorreu sobre os seguintes temas: **(1)** Breve e parcial histórico da previdência pública e privada no Brasil; **(2)** As bases da acumulação primária dos fundos de pensão; **(3)** Aspectos da gestão dos fundos de pensão das estatais – na década neoliberal (Collor e FHC), na década da ambigüidade (Lula, 2003-2010); **(4)** Críticas, autocríticas e perguntas para o debate; e **(5)** Propostas.

Felipe destacou, entre outros momentos históricos, que, em 1990, com a crise do governo Collor, os fundos foram acusados de braço do esquema corporativista e estiveram na linha de fogo por terem sido alvo do "esquema de corrupção", que teria se apoderado do governo central. No período das privatizações (1990-2002), os fundos assumiram os seguintes papéis: (1) sócios capitalistas, viabilizando negócios privados de grupos privilegiados, ligados

aos setores políticos e financeiros, sem poder de gestão; e (2) a insolvência de alguns fundos dificultava ou reduzia o valor de venda, que por vezes receberam aportes governamentais para viabilizar a privatização de suas patrocinadoras.

Atualmente, analisou Felipe, os Fundos de Pensão apresentam as seguintes características: (1) os "modernos" mecanismos de garantia da "governança corporativa" adotados pela Bolsa de NY, após as crises de gestão de grandes empresas transnacionais, como a Enron e a WorldCom (cujos executivos impuseram severas perdas aos acionistas e aos próprios fundos de pensão dos funcionários), decorrentes de fortes mobilizações dos fundos de pensão em busca da redução do risco ao capital; (2) a denúncia da AEPET sobre a ingerência de leis estrangeiras (Sarbanes Oxley, por exemplo) na gestão da Petrobrás, que seriam responsáveis pela desconsideração do "interesse nacional" nas decisões da companhia; e (3) a relação com a reivindicação da entidade sobre a propriedade dos recursos do Fundo Petros, que se beneficia do sistema legal denunciado pela AEPET.

Fernando Siqueira destacou que a Previdência Pública, no Brasil, tem como modelo a repartição simples, ou seja, quem está trabalhando paga os benefícios de quem está aposentado. Considera essa questão preocupante, pois o Governo Federal não tem sido muito confiável para administrar esses recursos. "O governo tem uma dívida de mais de R\$ 5 bilhões com a Previdência Pública e pretende dar um calote nos aposentados na Reforma da Previdência", realçou Siqueira. Para ele, o modelo ideal de Previdência Pública a ser aplicado no Brasil é o sistema previdenciário dos países escandinavos, que é uma mescla de previdência pública com previdência complementar.

As propostas apresentadas:

Restituição do monopólio estatal do petróleo; instituição do monopólio estatal na produção de combustíveis agroenergéticos, exercido pela Petrobrás; fim do abuso das propriedades privadas no campo e na cidade; reforma agrária, limitando a extensão da propriedade rural, garantindo as seguranças alimentar e energética; expropriação pelo Estado das empresas estratégicas: energia, telecomunicações, radiodifusão, mineração, siderurgia, petroquímica etc; Petrobrás 100% estatal, controlada so-

cialmente (conselho de administração com participação da sociedade e dos trabalhadores); Previdência pública exclusiva, sem teto e universal; redução da carga horária de trabalho; auditoria sobre o destino dos juros das dívidas públicas externa e interna com restituição dos recursos ao patrimônio público; preços dos derivados do petróleo e dos agroenergéticos calculados cientificamente, com base na produção sustentável, sem exaurir os recursos naturais, sem incentivar o consumismo irracional ou beneficiar grupos econômicos privados. Significa defender preço e lucro revertido para promover a justiça social.

Política de Recursos Humanos

Foi feita uma análise sobre a prática de "assédio moral" na Petrobrás. Contextualizando sobre os fatos, lembrou-se que, no período 1999-2000, se inicia uma nova política dentro das gerências, na qual a empresa tem controle sobre os gerentes. A partir daí, o processo de demissões e evasão de técnicos altamente qualificados chama atenção das lideranças de petroleiros. Nesse período houve um cancelamento dos projetos de mestrado e doutorado, a companhia parou de investir na qualificação técnica de seus profissionais. A Petrobrás passou a investir nos cargos de gerência. Em 2001, prossegue o esvaziamento de técnicos. Desde 1997 a AEPET vem denunciando tal esvaziamento. Em paralelo, ocorreram os fatídicos processos de migração (PPV) e "reapctuação", para agravar mais ainda o quadro de apreensão e instabilidade entre os empregados da companhia. As empresas multinacionais, por outro lado, estão mapeando os melhores profissionais da Petrobrás, também muito alertado pela AEPET.

O diretor de Pessoal da AEPET, Pedro Carvalho, informou que o advogado Rogério Derbly está coletando as dúvidas a respeito dos problemas de RH, entre eles, a "reapctuação", para que sejam tomadas as medidas cabíveis. Carvalho, que confirmou o clima desagradador dentro da Petrobrás, disse que uma série de manobras sub-reptícias das direções da Petrobrás, Petros e FUP, visam alterar os contratos da Petros. Disse acreditar que as "reapctuações", PCAC, Plano Petros 2, entre outras medidas, compõe de uma estratégia para desmontar esses contratos.

**Continua na
pág. 04**

LIVROS A VENDA

Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes
Por
Samuel Pinheiro Guimarães
R\$ 35,00



Estudos Brasileiros



Por: Fernando Correa de Sá e Benevides

Caderno 1:
Responsabilidade do Intelectual no Cenário da Nova Ordem Mundial

Caderno 2:
Por que as Forças Armadas?

R\$ 10,00 cada



O Despertar do Nativismo Brasileiro
Tomo 1- Séc.XVII
Por
Edson Monteiro
R\$ 24,00

Globalização para o Desenvolvimento
Por **Adriano Benayon**
R\$ 25,00





ASSOCIADOS DO AMA

A AEPET fechou convênio com o restaurante Padovano a fim de que os sócios da AMA (Assistência Médica da AEPET) tenham o benefício de desconto de 15% nos almoços no restaurante, que fica no 4º andar do Edifício Central, na Avenida Rio Branco, 156, no Centro. Os aniversariantes não pagam. Quem fizer aniversário no fim de semana pode comemorar na segunda-feira com o mesmo benefício.

OUÇA



A verdade dos fatos sem o controle da grande mídia
2ª a 6ª - De 8h às 10h
Rádio Bandeirantes - 1360 KHz AM
Você também pode ouvir o programa pela internet. Sempre a partir das 13h acessando:
www.programafaixaivre.org.br

ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse:
www.aepet.org.br

Continuação da pág 03

CD DA AEPET CONDENA 9º LEILÃO E LEI DO GÁS

O conselheiro fiscal da AEPET, Roberto Coelho, fez uma apresentação sobre as propostas que a AEPET apresentará à sociedade brasileira com vista a modificar a "Lei do 9478/97 (Lei do Petróleo)". O Conselho Deliberativo analisou os estudos iniciais, mas reunirá outras propostas, que estão sendo elaboradas no sentido de tornar a Lei do Petróleo compatível aos interesses nacionais. Roberto Coelho agradeceu a colaboração do engenheiro Paulo Metri e informou que serão formados grupos de estudos para coletar propostas com vistas a alterar a referida Lei do 9478/97. Tais grupos de estudos poderão ser formados pelas diversas entidades da sociedade brasileira.

O engenheiro Ricardo Maranhão, ex-presidente da AEPET, relatou sua atuação, enquanto representante da entidade, na audiência pública promovida pelo Senado Federal, em 26/05/07, que discutiu a criação da Lei do Gás. Maranhão disse que a Lei do Gás é desnecessária, pois gás é petróleo e a ANP já regula o setor através da Lei 9478/97. Ele lembrou que, Fernando Siqueira, Abílio Tozini, entre outros petroleiros, participaram de um corpo-a-corpo em Brasília para apresentar críticas aos perigos que representa tal Lei.

Segundo Maranhão, a atuação de lideranças, como Siqueira, Tozini e Paulo Metri, evitou que a Petrobrás perdesse o controle dos 5.300 quilômetros de gasodutos, construídos com recursos próprios da empresa. Ele revelou que o prejuízo seria de mais de US\$ 10 bilhões à estatal. Outra vitória foi a prorrogação,

por mais 30 anos, da posse pela Petrobrás dos seus gasodutos. Mas a lei, após sofrer alterações e ser aprovada por voto da comissão especial, sem ir a Plenário, prevê absurdos. A Petrobrás, por exemplo, após extrair petróleo do subsolo, separar, transportar, processar e tratar o gás, deverá entregá-lo à uma empresa distribuidora, que passará a comercializá-lo. Assim, a Petrobrás terá que comprar de volta o gás produzido por ela, para poder utilizá-lo em suas refinarias e termelétricas.

O engenheiro Paulo Metri prestigiou a reunião, na qual apresentou informes e propostas de atuação da AEPET frente à 9ª Rodada de Licitações, marcada para novembro de 2007. Metri e Maranhão expuseram, também, uma análise a respeito da atuação das Agências Reguladoras no Brasil, notadamente a ANP.

Ações judiciais

O diretor de Assuntos Jurídicos da AEPET, Sydney Reis, disse que foram adotadas algumas linhas de ação. Entre elas, a Ação Cautelar sobre o Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR), patrocinada pela AEPET, AMBEP e APAPE, para que se tenha cautela contra presumíveis violações dos direitos dos participantes. Há ainda as ações individuais, sob coordenação do Dr. Rogério Derbly, que visam proteger os participantes dos termos do AOR, assinado entre FUP, sindicatos e Petrobrás. Sydney Reis acrescentou que quem "repactuou" ficará sob a égide do AOR, que possui uma cláusula pela qual o participante

abre mão de todas as ações judiciais que tenha movido contra a Petrobrás. Assim a pessoa jamais poderá reclamar questões relativas aos Pré-70, FAT-FC, entre outras.

Eleições na Petros e nos Sindipetros

Siqueira falou sobre as eleições da Petros, em 2008.

Dá como objetivo a renovação dos cargos dos conselheiros Guilherme Vasconcellos (fiscal) e Paulo César Martin (deliberativo) e para eleger dois diretores (Administrativo e de Benefícios). Siqueira defendeu a unidade da categoria para eleger representantes (dos participantes) para os Conselhos Fiscal e Deliberativo. Disse, ainda, que as próximas eleições da Petros irão eleger dois representantes ativos. As associações têm que apoiar candidatos sérios.

Siqueira ressaltou que a vitória dos representantes dos participantes, defendidos pelas entidades que compõem o CDPP, é prioritária, tendo em vista a grave realidade do Sis-

tema Petrobrás, hoje. "A Petrobrás mudou muito, mudou para pior. O processo de "repactuação" é um exemplo claro disso.

A Petros é a base da política de Recursos Humanos da Petrobrás", reforçou. Para ele, a fuga em massa de gerentes da Petrobrás tem a ver com a atual política de RH da companhia.

Siqueira prevê que, em breve, ocorrerá a fuga de técnicos. Isso por que, quando as empresas estrangeiras começarem a entrar na fase de produção – no momento estão apenas definindo estratégias – a fuga de técnicos será preocupante, uma vez que as multinacionais estão pagando mais que a Petrobrás. "Assim, a Petrobrás vai virar treinadora de mão-de-obra para empresas estrangeiras", disse.

O diretor do Sindipetro-AL/SE, Clarckson Nascimento, fez uma análise sobre as eleições dos Sindipetros e da Petros. Realçou que tais eleições exercem influências entre si. Informou, ainda, que de agosto do corrente ano até julho de 2008, ocorrerão 12 eleições sindicais, das quais nove no âmbito da Frente Nacional dos Petroleiros.

Calendário das eleições nos Sindipetros

Estado	Data
Pernambuco	Dezembro, 2007
Paraíba	Dezembro, 2007
AM / PA / AP	Novembro, 2007
Ceará	Janeiro, 2008
Espírito Santo	Janeiro, 2008
Bahia	Abril e maio, 2008
Minas Gerais	Maio e junho, 2008
Norte Fluminense	Maio e junho, 2008
Paraná/Santa Catarina	Junho, 2008
Alagoas/Sergipe	Maio, 2008
Unificados de São Paulo	Maio e junho, 2008
Rio de Janeiro	Abril e maio, 2008

Compareceram à reunião:

Heitor Manoel Pereira (presidente), Diomedes Cesário (vice-presidente), Fernando Siqueira (diretor de Comunicações), Felipe Coutinho (vice-diretor de Comunicações), Sydney Reis (Assuntos Jurídicos), Pedro Carvalho (diretor de Pessoal), Roberto Coelho (Conselho Fiscal), Henrique Sotoma (vice-diretor de Pessoal), Silvío Sinedino (diretor Cultural), Ricardo Latgé (vice-diretor Cultural), Roldão Fernandes (vice-diretor Administrativo), José Carlos L. de Almeida (AEPET-Macaé), Clemente Cruz (AEPET-São José dos Campos), Paulo Weimar (AEPET-Vitória), Clovis Carlos Rossi (AEPET-Vitória), Alexandre Silva (AEPET-Angra dos Reis), Ricardo dos Santos (AEPET-BR), Waldemar Penna Filho (AEPET-SE), Adélmo Brasil (AEPET-PE), Arthur Martins (AEPET-RJ), Velocino Tonietto (AEPET-Brasília), Guilherme Vasconcellos (AEPET-BA), Roberto Catarxo (AEPET-RJ), Ricardo Maranhão (AEPET-RJ), Paulo Metri (palestrante) e Clarckson Nascimento (diretor do Sindipetro-AL/SE).

